



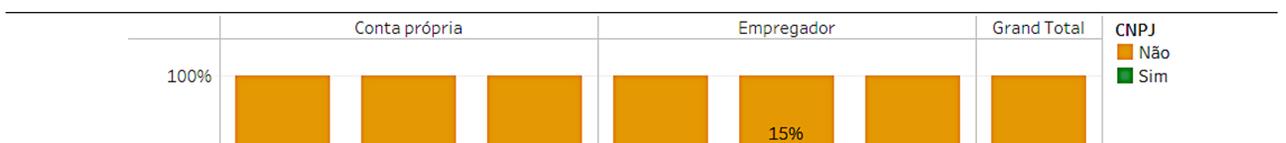
Mulheres Empreendedoras e o desafio de formalizar o negócio

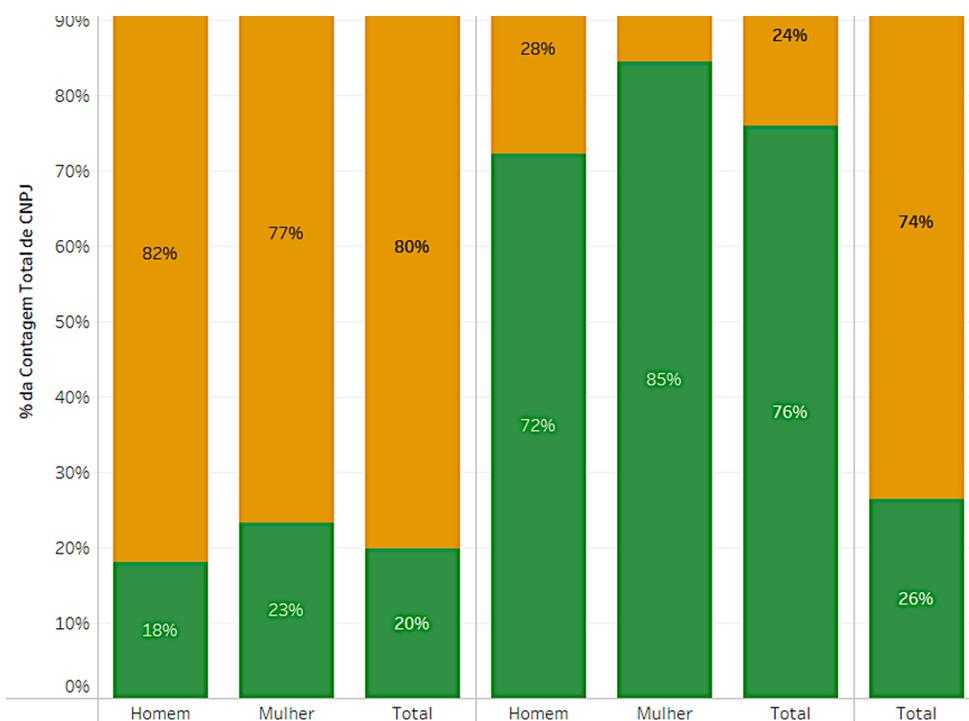
por Dra. Anna-Katharina Lenz, Vinicius Alves e Thays Marques

As demandas para mulheres empreendedoras variam de acordo com a posição social em que elas se encontram não apenas em termos de gênero, mas também em relação ao nível de renda, educação, contexto social e cultural. No Brasil, o desafio é exacerbado por uma economia de dois setores nos quais as atividades econômicas se desenvolvem, que podem ser chamados de setor formal e informal (Bruton, Sutter, Lenz, 2021; Thai e Turkina, 2014; Webb et al. 2013). Outros pesquisadores se referiram a esta distinção como a base da pirâmide versus o topo da pirâmide (Prahalad, 2004; Prahalad e Hart, 2002), o setor agrícola versus o setor industrial (Harris e Todaro, 1970), ou o setor rural versus o urbano (Easterlin et al., 2011). Em cada domínio, a ideia central é que as economias emergentes consistem de esferas separadas de atividades econômicas e sociais e que o crescimento em uma não equivale necessariamente a benefícios na outra.

Por um lado, a informalidade pode ser vantajosa para iniciar um negócio, pois proporciona flexibilidade para empreendedores que, de outra forma, poderiam ser limitados por regulamentações (Ulyseia, 2018). Por outro lado, a informalidade pode reduzir a capacidade de crescimento devido ao acesso restrito ao mercado (como fornecedores e clientes formais) e acesso restrito ao capital humano e financeiro (de Soto, 1989). A falta de formalização dos negócios pode não apenas impedir o crescimento, mas também contribuir para um problema social de longo prazo em um país, se microempreendedores informais não contribuírem para a previdência social. Micro dados sobre contribuições de 19 países da América Latina destacam este problema, já que apenas 16% dos microempreendedores contribuem para os sistemas de previdência social (Bosch, Fernandes, & Villa, 2015; Lenz, 2017).

Figura 1: Distribuição dos negócios informais e formais por gênero e tipo do empreendedorismo





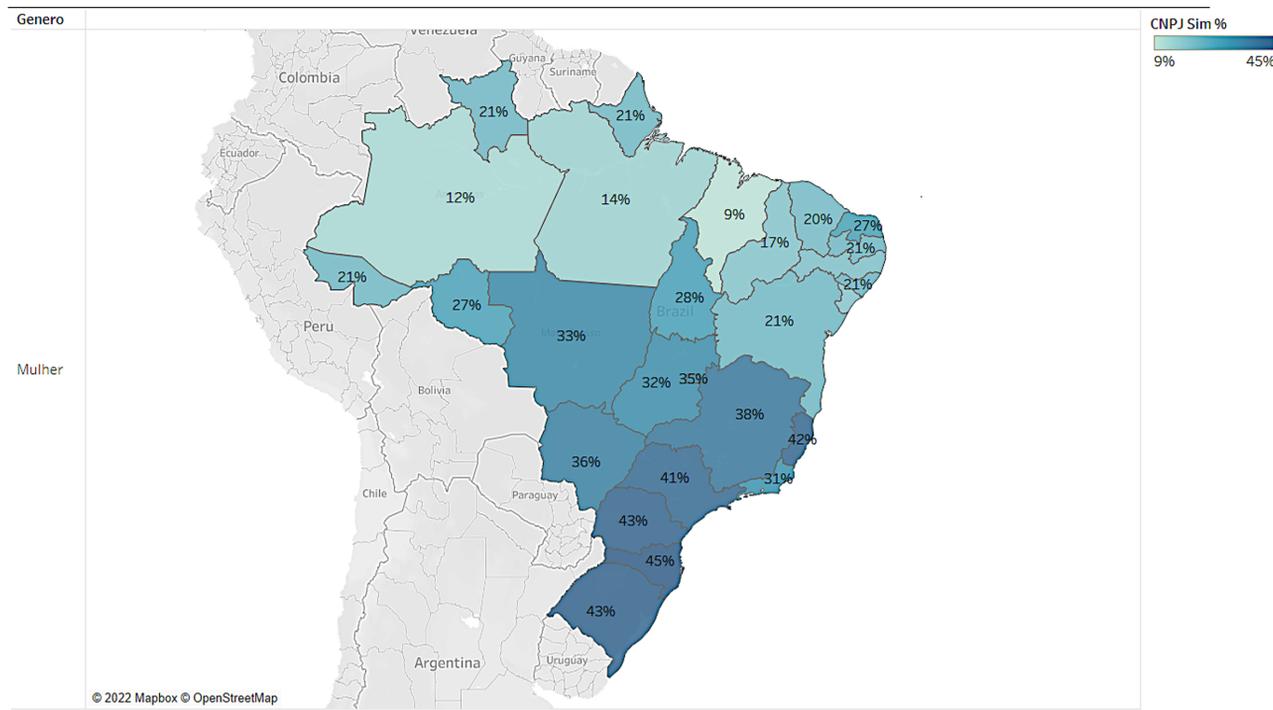
Fonte: Elaboração própria baseado em dados da PNADC 2021.

Isto é importante para compreender a situação e para apoiar o empreendedorismo feminino no Brasil. Como mostram os dados do GEM para o Brasil, grande parte do empreendedorismo feminino ocorre no segmento de baixa renda, como microempreendedores individuais (MEI) e com um número muito menor do que nos homens dirigindo empresas com funcionários (GEM WE, 2021). Os dados da PNADC (2021) mostram que a grande maioria dos empreendedores ainda está operando informalmente (sem o CNPJ) (Figura 1). Embora este número seja menor para as mulheres empreendedoras no Brasil do que para os homens, ele ainda é alto. As consequências de ser informal também são particularmente altas para as mulheres, pois elas normalmente também não pagam cobertura da previdência social se não estiverem formalmente registradas (Lenz & Valdivia, 2021).

Dados referentes ao microempreendedorismo no Brasil indicam uma correlação entre ambientes com maiores restrições de recursos e taxas de formalização de negócios. Por exemplo, as taxas de formalização nas favelas são tipicamente mais baixas em comparação com empreendedores com a mesma renda e dentro da mesma indústria em outras partes da cidade (Lenz & Valdivia, 2021). A teoria institucional explica isto com níveis mais altos de assimetria institucional em algumas regiões em comparação com outras. As instituições formais definem as leis e regulamentos codificados dentro de uma sociedade. As instituições informais definem as normas, valores e crenças que são socialmente aceitáveis (North 1990; Webb et al. 2013). Estudos demonstraram que se as leis e regulamentações são incongruentes com as normas, valores e crenças, é mais provável que a atividade econômica ocorra dentro dos limites do que as instituições informais consideram aceitável (Webb et al. 2013; Williams & Shahid, 2016). Estudos internacionais também têm mostrado que empreendedores com menor renda, níveis de educação mais baixos e empreendedores mais

jovens são mais propensos a operar seus negócios na economia informal (Williams & Shahid, 2016). Isto corrobora com dados no Brasil, como revela a amostra da PNADC (Figura 9). A informalidade é mais dominante entre as mulheres empreendedoras de baixa renda, independentemente da região.

Figura 2: Porcentagem de negócios formais liderados por mulheres no Brasil, por região.



Fonte: Elaboração própria baseado em dados do PNADC 2021.

Entretanto, há uma forte diferença regional entre os níveis de formalidade quando não controlamos por nível de renda. A Figura 2 mostra que o Norte e o Nordeste têm os níveis de formalização mais baixos, enquanto o Sul do Brasil tem os níveis mais altos. As taxas médias de formalização das mulheres no Sudeste e no Centro-Oeste estão no meio.

Lista de referências

Bosch, M., Fernandes, D., & Villa, J. M. (2015). Nudging the Self-employed into Contributing to Social Security. Evidence from a Nationwide Quasi Experiment in Brazil.

Bruton, G., Sutter, C., & Lenz, A. (2021). Economic inequality – is entrepreneurship the cause or the solution? a review and research agenda for emerging economies. *Journal of Business Venturing*, 36(3).

De Soto, H. (1989). *The Other Path*. New York: Harper and Row Publishers.

Easterlin, R.A., Angelescu, L., Zweig, J.S., 2011. The impact of modern economic growth on urban-rural differences in subjective well-being. *World Dev.* 39 (12), 2187–2198.

Global Entrepreneurship Monitor Women's Entrepreneurship Report (GEM WE, 2021). Babson College. <https://www.gemconsortium.org/reports/womens-entrepreneurship>

Harris, J.R., Todaro, M.P., 1970. Migration, unemployment and development: a two-sector analysis. *Am. Econ. Rev.* 60 (1), 126–142.

Lenz, A.-K. (2017). *Studies on Entrepreneurship and Formalization in Brazil*. Tese de Doutorado. FGV-EBAPE, Rio de Janeiro.

Lenz, A.-K., Valdivia, M. (2023). *Microentrepreneurs under Fire*:

Lenz, A.-K., Brito, R. (2022). *Microentrepreneurship in Brazil*. In: Leitao, J., Ratten, V., Braga, V. (2022). *Brazilian Entrepreneurship – New Perspectives and Ideologies*. Springer. Forthcoming.

North, d. C. 1990. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press.

Prahalad, C.K., 2004. *The Fortune at the Bottom of the Pyramid: Eradicating Poverty through Profits*. Wharton School Publishing.

Prahalad, C.K., Hart, S.L., 2002. The fortune at the bottom of the pyramid. *Strategy and business* 54.

Thai, M.T.T., Turkina, E., 2014. Macro-level determinants of formal entrepreneurship versus informal entrepreneurship. *J. Bus. Ventur.* 29 (4), 490–510

Ulyssea, G. (2018). Firms, informality, and development: Theory and evidence from Brazil. *American Economic Review*, 108(8), 2015–2047. <https://doi.org/10.1257/aer.20141745>.

Webb, J.W., Bruton, G.D., Tihanyi, L., Ireland, R.D., 2013. Research on entrepreneurship in the informal economy: framing a research agenda. *J. Bus. Ventur.* 28 (5), 598–614.

Williams, C. C., & Shahid, M. S. (2016). Informal entrepreneurship and institutional theory: explaining the varying degrees of (in)formalization of entrepreneurs in Pakistan. *Entrepreneurship and Regional Development*, 28(1–2), 1–25. <https://doi.org/10.1080/08985626.2014.963889>.

Os autores fazem parte do NUME (Núcleo de Estudos sobre Microempreendedorismo), um centro de pesquisa dedicado ao entendimento e capacitação do microempreendedorismo no Brasil. O objetivo do Centro é desenvolver pesquisas acadêmicas e aplicadas para a construção de conhecimento e tecnologia para microempreendedores. O empreendedorismo feminino é um dos principais tópicos de pesquisa do núcleo. Mais informações sobre o NUME podem ser encontradas aqui:

<https://iag.puc-rio.br/pt/nume-2/>

<https://www.linkedin.com/in/nume/>